



FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
Estado de Pernambuco

**SUMÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GESTOR DO
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, EXERCÍCIO DE 2012.**

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDECA	FOLHAS
01	Sumário da documentação acostada, com indicação do número da página de cada item do ANEXO I – D da Resolução TCE-PE nº 03, de 2013.	01
02	Informações gerais de identificação, compreendendo nome, sigla, CNPJ, natureza jurídica e endereço completo do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNDECA.	03
03	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas, devidamente identificado e assinado pela autoridade competente, junto com termo de responsabilidade pelas informações apresentadas.	05
04	Relação do Ordenador de Despesa e titular do Fundo, por período de gestão, contendo o nome completo, matrícula, estado civil, número do CPF e endereço residencial atualizado, anexando cópias dos respectivos atos de designação e afastamento.	07
05	Balanco Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	14
06	Balanco Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	16
07	Balanco Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	18
08	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	20
09	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	22
10	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64). (1)	24
11	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº. 4.320/64).	26
12	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº. 4.320/64).	28
13	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	30
14	Demonstração da despesa realizada, por projetos e atividades, segundo a sua classificação institucional consignada na Lei de Orçamento	32
15	Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas.	34
16	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	36
17	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados, separando, os contraídos no primeiro quadrimestre e nos dois últimos quadrimestres.	38
18	Relação de restos a pagar, processados ou não, cancelados no exercício.	43
19	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	45
20	Relação de todas as contas bancárias existentes, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	47
21	Extratos bancários que evidenciem o saldo de todas as contas no último dia útil do exercício.	49
22	Cópia do boletim de caixa e bancos no último dia útil do exercício e respectiva conciliação bancária de todas as contas.	57
23	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, designadas para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamentos, número do RG, número do CPF, estado civil e endereço residencial atualizado de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento	62
24	Mapa demonstrativo consolidado das licitações, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	73
25	Declaração que o FMDS não realizou obras, portanto o Anexo V da Resolução TCE-PE nº 03, de 2013, não segue preenchido.	75
26	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios anteriores, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nº. do contrato, nº. e modalidade da licitação ou dispensa/inexigibilidade a qual se vincula, datas da celebração e da publicação, objeto, valor, nome e número do CNPJ ou número do CPF do contratado, prazo de vigência, e, caso existam: nº. dos termos aditivos celebrados, datas da celebração e publicação, objeto do aditamento, valor aditado e o prazo.	77
27	Relação dos contratos de gestão firmados no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados.	79
28	Declaração de inexistência de parceria firmada no exercício, com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).	82
29	Declaração de inexistência de tomadas de contas especiais mencionadas no art. 13 da Resolução TC nº. 009/2005, de 27 de julho de 2005.	84



FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
Estado de Pernambuco

30	Declaração de inexistência de Conselho Municipal de Acompanhamento e Fiscalização do respectivo fundo especial.	86
31	Comprovantes de repasse das contribuições devidas à unidade gestora do RPPS, contendo as seguintes informações mínimas. (4,5) a) Identificação do órgão/entidade responsável pelo recolhimento; b) Competência a que se refere; c) Base de cálculo das contribuições recolhidas; d) Valor, em reais, das contribuições dos segurados; e) Valor, em reais, da contribuição do órgão/entidade; f) Dedução de benefícios pagos diretamente pelo órgão/entidade; g) Acréscimos, em caso de pagamento em atraso; h) Comprovação de recolhimento, através de autenticação bancária, recibo de depósito, comprovante de transferência ou recibo da unidade gestora do RPPS.	88
32	Comprovantes de repasse das contribuições devidas ao INSS, distinguindo-se os recolhimentos normais daqueles provenientes de parcelamento, contendo as seguintes informações mínimas: a) identificação do órgão responsável pelo recolhimento; b) competência a que se refere; c) base de cálculo das contribuições recolhidas; d) valor, em reais, das contribuições dos segurados; e) valor, em reais, da contribuição do órgão/entidade; f) dedução de benefícios pagos diretamente pelo órgão/entidade; g) acréscimos, em caso de pagamento em atraso; h) comprovação de recolhimento, através de autenticação bancária, recibo de depósito ou comprovante de transferência.	90
33	Anexo II e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	92
34	Anexo IV e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	94
35	Certidão da confirmação/alteração dos dados do Cadastro da Unidade Gestora, conforme art. 5º da Resolução TCE/PE nº 17, de 19 de Dezembro de 2012.	96
36	Nome completo do contador responsável pelas demonstrações contábeis, inscrição no CRC, número do CPF, tipo de vínculo com a administração (efetivo, comissionado ou contratado), estado civil e endereço residencial atualizado.	98
	DVD	100